

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL**

**O COMÉRCIO INFORMAL DE SANTA MARIA EM
FOCO (1981-1991)**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Matheus Rosa Pinto

Santa Maria, RS, Brasil

2014

O COMÉRCIO INFORMAL DE SANTA MARIA EM FOCO (1981-1991)

Matheus Rosa Pinto

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História –
Especialização em História do Brasil, da Universidade Federal de Santa
Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em História do Brasil.

Orientador: Prof. Dr. Vitor Otávio Fernandes Biasoli

**Santa Maria, RS
2014**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Monografia de
Especialização em História do Brasil**

**O COMÉRCIO INFORMAL DE SANTA MARIA EM FOCO (1980-
1991)**

elaborada por

Matheus Rosa Pinto

Como requisito parcial para a obtenção do grau de
Especialista em História do Brasil

COMISSÃO EXAMINADORA:

Vitor Otávio Fernandes Biasoli, Dr. (Presidente/Orientador)

Flamarion Freire de Fontoura Gomes, Ms. (UFSM)

Moacir Bolzan, Dr. (UFSM)

Santa Maria, RS

2014

RESUMO

Monografia de Especialização
Especialização em História do Brasil
Universidade Federal de Santa Maria

O COMÉRCIO INFORMAL DE SANTA MARIA EM FOCO (1981-1991)

Autor: Matheus Rosa Pinto

Orientador: Vitor Otávio Fernandes Biasoli

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 15 de janeiro de 2014.

O trabalho desenvolvido visa elucidar pontos relevantes sobre a evolução do comércio informal nas ruas de Santa Maria, tendo como recorte temporal os anos de 1981 e 1991, contemplando o período do desenvolvimento efetivo do comércio informal nas principais ruas da cidade de Santa Maria até a fundação do Camelódromo Municipal, em 1991. Dentro deste recorte escolhido também serão abordadas as relações entre os envolvidos no processo, o posicionamento governamental, questões relacionadas ao crescimento urbano e situação econômica da cidade. O estudo também tem inserido no seu desenvolver reflexões sobre alguns caminhos recomendáveis para tratar de questões próximas ao presente.

Palavras-chave: comércio informal; Santa Maria; Camelódromo.

ABSTRACT

Monograph Expertise
Expertise in History of Brazil
Federal University of Santa Maria

INFORMAL TRADE OF SANTA MARIA IN FOCUS (1981-1991)

Author: Matheus Rosa Pinto

Advisor: Vitor Otávio Fernandes Biasoli

Date and Place of Defense: Santa Maria, 2014

The test is aimed at elucidating relevant points about the evolution of informal trade on the streets of Santa Maria, with the time frame from 1981 to 1991, covering the period from the effective development of informal trading in the main streets of the city of Santa Maria to the foundation Municipal camelódromo in 1991. Within this well chosen cut will discuss the relationships between those involved in the process, the government's position, issues related to urban growth and economic situation of the city. The study also has inserted in his developing thoughts on some recommended ways to address issues close to this.

Keywords: Santa Maria; Informal Trade; Camelódromo.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. OS MEIOS PARA CHEGAR AO FIM: CONSIDERAÇÕES SOBRE METODOLOGIA E HISTORIOGRAFIA	9
3. A INFORMALIDADE EM DEBATE: APONTAMENTOS E CONCEITUAÇÕES.....	15
4. DAS ESQUINAS DE QUALQUER LUGAR AO CAMELÓDROMO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O COMÉRCIO INFORMAL EM SANTA MARIA (1981-1991)	22
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	35

INTRODUÇÃO

As crises econômicas enfrentadas pelo mundo nas últimas três décadas do século XX deixaram fortes marcas na sociedade brasileira. O período de crescimento considerável deu lugar a apreensão e desregulamentação do antes instituído e os setores menos abastados da economia foram aqueles que mais sofreram com esse período caótico, levando o Brasil a sofrer com a retração, a queda dos lucros e dos investimentos, a inflação e o desemprego.

Neste sentido, os pequenos centros foram aqueles que mais sofreram com as crises. Os problemas surgidos fizeram com que suas estruturas tradicionais entrassem em colapso e formando grandes bolsões de trabalhadores sem empregos. Neste contexto, as migrações do campo para as cidades (rural-urbano) e das cidades menores para centros mais desenvolvidos (urbano-urbano) tornaram-se comuns, pois estas cidades, mesmo neste momento de crise, mantiveram seu posto de locais de oportunidades e, conseqüentemente, de melhorias na qualidade de vida.

Acenando isto, devemos nos questionar o seguinte: por que Santa Maria está relacionada com esse objeto de estudo? De maneira sintética, podemos afirmar que a cidade de Santa Maria também sofreu com tais modificações, pois a queda no setor trabalhista formal afetou consideravelmente esta urbe que, desde sua fundação, desempenhou importante papel no setor terciário da economia regional e estadual.

A cidade, também conhecida por ser um importante núcleo educacional e militar, principalmente após o início da década de 1980, se apresentou como destino comum de inúmeras hordas migratórias que almejavam melhoria na qualidade de vida e se deparavam com inércia e desorganização.

Notando essa realidade, esses novos contingentes que passaram a depender da cidade tiveram de organizar mecanismos para manterem-se nas cidades. As crises enfrentadas no âmbito econômico, nas últimas três décadas do século XX, deixaram marcas em inúmeros setores da sociedade,

Com isto, ocorreu uma rápida proliferação de atividades trabalhistas pelas ruas dos grandes centros urbanos, tendo como principais características, a mutabilidade, a informalidade e a inexistência de contratos de trabalho com garantias de direitos trabalhistas e sociais. A informalidade e seus efeitos não tardaram a ser sentidos, uma vez

que seu crescimento somado à parca participação e a desorganização dos órgãos reguladores e à ineficiência dos governos, acarretaram diversos conflitos.

O trabalho tem como enfoque os grupos de vendedores informais que passaram a vender seus artigos pelas ruas de Santa Maria durante estes períodos de crise e de apreensão geral. Deixamos claro que o recorte engloba vendedores ambulantes, camelôs e artesãos, porque o setor informal abarca uma enormidade de grupos que desempenham diferentes funções. O recorte temporal escolhido é entre os anos de 1981 e 1991. A escolha justifica-se pela importância desta década para Santa Maria. Neste período, a cidade transformou-se no palco do rápido desenvolvimento das atividades informais em suas principais ruas e modificou muito das suas características, até a fundação do Camelódromo municipal.

O trabalho está dividido em três capítulos: o primeiro, intitulado, *Os meios para chegar ao fim: considerações sobre historiografia e metodologia*, que também, serão abordados, no presente capítulo, questões sobre a metodologia empregada na pesquisa e sobre os caminhos da História do Tempo Presente na historiografia contemporânea.

O segundo capítulo, intitulado, *A informalidade em debate: apontamentos e conceituações*, tem como objetivo tratar de discussões sobre o conceito de informalidade por diferentes pesquisadores, além de uma análise dos estudos desenvolvidos sobre o comércio informal em Santa Maria nos últimos anos.

O terceiro capítulo que leva o título, *Das esquinas de qualquer lugar ao Camelódromo: o comércio informal em Santa Maria (1981-1991)*, trata da trajetória, das características e dos acontecimentos relacionados com os vendedores informais na cidade. Além disso, buscamos abordar de que forma desenhou-se o contexto econômico nacional/rio-grandense no período estudado e de que maneira estes acontecimentos estão relacionados ao crescimento das atividades informais que passaram a ser desenvolvidas.

Os meios para chegar ao fim: considerações sobre historiografia e metodologia.

Utilizaremos esse primeiro momento do texto para apresentarmos algumas considerações sobre Memória, posteriormente, a importância da História Oral e como a História do Tempo Presente ganhou espaço no âmbito da academia nas últimas décadas. Além disso, abordaremos como se deu essa virada no campo das fontes e das pesquisas em História.

Sabe-se que é impossível tratar de Memória sem utilizar e mencionar o pesquisador Maurice Halbwachs, o qual segundo Fiorucci (2010) desenvolveu uma chamada sociologia da Memória. Para ele, a Memória deveria ser compreendida como motivo de coesão social. O autor ignora qualquer tipo de conflito interno na formação da memória coletiva, desconsiderando diferentes pontos de vista e pensando a memória coletiva como algo que passasse a ser compreendida como algo sem diferenças, ou seja, homogênea.

A partir deste ponto de vista, pode-se compreender que a memória individual é superada em conflito com o coletivo, ou seja, a memória individual existe a partir de uma memória coletiva, posto que todas as lembranças são constituídas no interior de um certo grupo. Segundo Fiorucci (2010) Halbwachs entende a história como única e por isso, exige um distanciamento teórico. Por outro lado, a memória coletiva é considerada viva e múltipla, nos levando a crer que não é confiável.

Seixas (2001) afirma que,

À memória coletiva, Halbwachs confere o atributo de atividade natural, espontânea, desinteressada e seletiva, que guarda do passado apenas o que lhe possa ser útil para criar um elo entre o presente e o passado, ao contrário da história, que constitui um processo interessado, político e, portanto, manipulador. A memória coletiva, sendo sobretudo oral e afetiva, pulveriza-se em uma multiplicidade de narrativas; a história é uma atividade da escrita, organizando e unificando numa totalidade sistematizada as diferenças e lacunas. Enfim, a história começa seu percurso justamente no ponto onde se detém a memória coletiva (p.40).

Ou seja, como aponta Halbwachs *Apud* (PESAVENTO, 2005), todo indivíduo que rememora, por ideias, palavras e imagens, se enquadra em um determinado meio social, temporal e espacialmente demarcado. Esta memória voluntária se constituiria, pois, como uma memória social, onde a percepção subjetiva do tempo que passa encontra sentido na vida coletiva, que ajuda a lembrar e dar significado ao passado. E, neste ponto, Mnemósine começa a dar precedência a Clio na representação do passado.

Durante décadas as considerações de Halbwachs pautaram os estudos sobre memória e fundamentaram os preconceitos com a mesma. Corroborando com essa visão, até poucos anos atrás, os estudos sobre memória sofreram duras críticas, pois eram tidos como objetos com fragilidade teórica, sendo assim, diferentes e afastados da História.

A partir da segunda metade do século XX, surgem interpretações e questionamentos da obra de Halbwachs, entre elas, uma das mais relevantes foi a do historiador Pierre Nora. Para ele, a memória individual tem importância na construção da memória coletiva, precisando travar disputas internamente para que o individualismo seja levado em conta. Pierre Nora (*apud* SEIXAS, 2001), afirma que é impossível, hoje, operar-se uma distinção clara entre memória coletiva e memória histórica, pois a primeira passa necessariamente pela história e é filtrada por ela - é impossível à memória escapar contemporaneamente dos procedimentos históricos. Vale ressaltar que Halbwachs não ignora a existência da memória individual, somente a compreende como fraca no sentido de se impor ao coletivo, o discurso macro.

Pierre Nora (1993) afirmou que essa procura pelos lugares da memória se encaixa em um momento ímpar da História. Momento de articulação em que a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação.

Vê-se, portanto, que apesar da memória ter hoje outra acepção, ela não se separa da história como queria Halbwachs. Seixas (2001) elucida que no esforço de recompatibilizar memória e história, a temática da memória é bastante próxima da noção de história, de tal forma que uma união simbiótica se efetua e se acaba por aplicar aos procedimentos e mecanismos de memória, aqueles que reconhecemos de longa data como historiográficos. Deste modo, acaba-se por não reconhecer uma distinção clara entre memória e história, operando-se uma identificação entre elas. Na verdade, a história vale-se da memória para chegar a interpretações e informações que outras fontes talvez não pudessem viabilizar, fato que contribuiu para o alargamento das possibilidades de conhecimentos dentro dessa nova história que ainda se estrutura. Acerca disso, Seixas (2001) o mesmo autor afirma que,

Essa reflexão parece iluminar-se no âmbito da transdisciplinaridade, a partir da construção de tramas que coloquem a história em diálogo com campos do saber e da sensibilidade que também, e de formas diversas, tematizaram e problematizaram a memória. (p.38).

As transformações que têm marcado o campo da história, abrindo espaço para o estudo do presente, do político, da cultura e reincorporando o papel do indivíduo no processo social vêm estimulando o uso das fontes orais e restringindo as desconfianças quanto à utilização delas. A história oral apareceu com três inspirações iniciais: 1) ouvir a voz dos excluídos; 2) trazer à tona as realidades indescritíveis; 3) testemunhar as situações de extremo abandono. Nesse sentido, dá-se força àqueles que não a têm e possibilita revelar o que não se encontra nos documentos escritos. Pensando desta maneira, Fiorucci (2010) afirma que,

Talvez aí resida o motivo devido o qual a história oral ganhou força nas últimas décadas. Ao procurar resgatar essas memórias que se perdiam, para utilizá-las como objeto e fonte de análises historiográficas, os historiadores desenterraram lembranças que se apagavam e abriram feridas que permaneciam escondidas ou fechadas. Esta memória que estava pluralizada, fragmentada, invadiu o território do historiador e tornou-se ferramenta importante para compreender-se os vínculos sociais e as identidades individuais e coletivas (p. 10).

Sobre o assunto, Montenegro (1992) salienta que a história oral se apresenta válida no sentido que, por meio dos depoimentos é possível ter acesso a análises de elementos simbólicos, que são construídos pela população. Rouso (1996) afirma que,

um testemunho colhido [...] só deixam de ser vestígios do passado para se tornarem “fontes históricas” no momento em que um observador decide erigi-los como tais. Toda fonte é uma fonte “inventada”, assim como todo “indivíduo histórico”, no sentido em que falava Max Weber, é uma construção, um tipo ideal (p.88).

Nesse sentido, abordar questões atuais no campo da História, até pouco tempo atrás, trazia consigo desconfianças e alguns desconfortos aos envolvidos, já que algumas vertentes da historiografia insistiam que temáticas mais contemporâneas seriam melhores estudadas por outras áreas do saber – sociologia, antropologia, jornalismo e outros -. A história do presente passou por muito tempo sendo marginalizada e definida apenas como um apêndice cronológico, sem identificação teórica coesa. A justificativa para tal posicionamento era a concepção de que uma história somente nasce para uma época quando esta já está totalmente “morta”. Rouso (1996) afirma que,

A escrita, a impressão, portanto, a possibilidade de um documento resistir ao tempo e acabar um dia sobre a mesa do historiador não conferem a esse vestígio particular uma verdade suplementar diante de todas as outras marcas do passado: existem mentiras gravadas no mármore e verdades perdidas para sempre (p.89).

Há uma virada de perspectiva, emergem reinterpretações de acontecimentos consagrados, dá-se voz aos agentes antes negligenciados e aos documentos. Essa virada é tratada por Pierre Nora (1993) como,

Aceleração da história. Para além da metáfora, é preciso ter a noção do que a expressão significa: uma oscilação cada vez mais rápida de um passado definitivamente morto (p.7).

Juntamente a isso, também ganha espaço a ideia de que, como afirma Gagnebin (2006),

Articular historicamente o passado não significa conhece-lo tal como ele propriamente foi. Significa apoderar-se de uma lembrança tal como ela cintila num instante de perigo. Essa afirmação é uma recusa clara ao ideal da ciência histórica que Benjamin, pejorativamente, qualifica de historicista e burguesa, ciência esta que pretende fornecer uma descrição, a mais exata e exaustiva possível, do passado. Ele denuncia primeiro a impossibilidade epistemológica de tal correspondência entre discurso científico e “fatos” históricos, já que estes últimos adquirem seu *status* de “fatos” apenas por meio de um discurso que os constitui enquanto tais, nomeando-os, discernindo-os, distinguindo-os nesse magma bruto e não linguístico “que, na falta de algo melhor, chamamos de real”.

Com essa nova percepção, questões surgiram sobre esses novos rumos do campo historiográfico. Uma das principais é a noção de arquivo, de fontes e memória como objeto do historiador. Sobre as fontes, o pesquisador Henry Rousso (1996) afirma que,

Chamaremos de “fontes” todos os vestígios do passado que os homens e o tempo conservaram, voluntariamente ou não – sejam eles originais ou reconstituídos, minerais, escritos, sonoros, fotográficos, audiovisuais, ou até mesmo, daqui para frente, “virtuais” – e que o historiador, de maneira consciente, deliberada e justificável, decide erigir (erguer) em elementos comprobatórios da informação a fim de reconstituir uma sequência particular do passado, de analisa-la ou de restituí-la a seus contemporâneos sob a forma de uma narrativa, em suma, de uma escrita dotada de uma coerência interna e refutável, portanto de uma inteligibilidade científica (p.86).

Esse aumento, no que se entende por fontes, acaba por ampliar os debates e aprofundar estudos. Uma das áreas que mais se aproveitou com essa virada foi a chamada História do Tempo Presente, porque, nesta perspectiva, constitui um lugar privilegiado para uma reflexão sobre os mecanismos de incorporação do social dos indivíduos, já que se tem a possibilidade de trabalhar com documentação oficial e relatos sobre os casos de indivíduos participantes do mesmo. Acerca disto Chartier (*apud* AMADO & FERREIRA, 1998) enxerga que a pesquisa de história do tempo presente é distinta:

não é uma busca desesperada de almas mortas, mas um encontro com seres de carne e osso que são contemporâneos daquele que lhes narra as vidas. Inveja também de recursos documentais que parecem inesgotáveis [...]. O historiador do tempo presente, por sua capacidade de construir observatórios ajustados às suas preocupações, parece estar em condições de superar os entraves que classicamente limitam a investigação histórica (p. 215-216).

Sobre o mesmo tema, Rousso (1996) afirma que,

O testemunho colhido *a posteriori*, por sua própria natureza, é uma das características da história do tempo presente. Ela leva à criação de uma fonte singular na medida em que destinada desde o início seja a formar um arquivo,

no sentido de conservar – eis aqui a memória de tal indivíduo ou de tal grupo -, seja a alimentar uma pesquisa específica (p.87).

A história do tempo presente pode permitir com mais facilidade as necessárias articulações que tecem os laços sociais. Segundo Chauveau & Tétart (1999), depois de ter passado a memória pelo crivo da crítica e ter assinalado suas fraquezas, o historiador deve analisar os erros e os mitos que ela veicula. Tomá-los tais como são, colocá-los em perspectiva histórica, em poucas palavras, fazer sua história.

O campo da historiografia permanece sendo uma área de difícil acesso e com muitas especificidades tornando-o uma área mais complexa de ser compreendida. Todavia, tais questionamentos sobre os rumos se configuram como pontos positivos da jornada, pois as verdades absolutas e modelos inquestionáveis não podem fazer mais parte das áreas do saber. A utilização de saberes de outras áreas e a ampliação de debates sobre os rumos a serem tomados precisam permanecer em voga.

Sobre a metodologia empregada na pesquisa podemos mencionar que a mesma iniciou-se com o levantamento das fontes e leituras sobre os conceitos. Cabe ressaltar que as leituras foram acompanhadas da elaboração de fichamentos e resenhas sobre o estudado, auxiliando no processo do embasamento teórico.

As principais fontes a serem utilizadas são: Jornais (O Expresso e A Razão). Salienta-se que por meio da pesquisa em jornais foi possível analisar de qual maneira foram expressadas as medidas adotadas pelo governo municipal no caso dos vendedores informais e como esta forma de trabalho foi encarada pelos veículos de comunicação da época.

Foram utilizadas entrevistas orais temáticas¹ com trabalhadores do comércio informal que estiveram ligados ou participaram dos principais acontecimentos. É destacável que trabalhar com entrevistas orais privilegia a inserção em âmbitos da realidade social em que a historiografia convencional pouco tratou, especialmente os grupos minoritários (Thompson, 1992).

Além de se apresentar válida já que, por meio dos seus depoimentos, podem-se analisar elementos simbólicos que são construídos pela população e se apresentam, muitas

¹ Segundo Alberti (2004), as entrevistas temáticas são aquelas que versam prioritariamente sobre a participação do entrevistado no tema escolhido, com período cronologicamente delimitado, tratando das funções desempenhadas ou os envolvimento e a experiência em acontecimentos ou conjunturas específicas).

vezes, como o avesso daquilo que lhe é imposto cotidianamente, à medida que essa população convive, tolera, assimila e reproduz a cultura/história oficial.

Esse aumento, no que se entende por fontes, acaba por ampliar os debates e aprofundar estudos. Uma das áreas que mais se aproveitou desta virada foi a chamada História do Tempo Presente, pois, além da utilização das fontes “oficiais”, houve um aumento na utilização de fontes orais.

Nesta perspectiva, a história do tempo presente constitui um lugar privilegiado para uma reflexão sobre os mecanismos de incorporação do social dos indivíduos, pois tem a possibilidade de trabalhar com documentação oficial e relatos sobre os casos de indivíduos participantes do mesmo.

Demonstrada essa importância, se faz necessário abordar a questão do posicionamento ético, pois esta forma de produzir história somente será possível (caso haja um posicionamento firme e ético), desvinculando ao máximo as inclinações pessoais sobre o tema escolhido, porque, além de testemunha, o historiador é narrador e formador de opinião².

² Sobre isso, Chauveau; Tétart (1999) lembram que, na história do presente, o historiador deve se abster o máximo possível das questões ideológicas e subjetivas e atentar para o método das perguntas e respostas, em busca de soluções ou questionamentos na construção histórica.

A informalidade em questão: apontamentos e conceituações

Trabalhar com conceito de informalidade foi uma missão complexa, pois as definições variam enormemente devido à amplitude das áreas incluídas por essas atividades. Por isso, na presente revisão, decidiu-se fazer um recorte dos estudos que se aproximassem aos objetivos da pesquisa.

Os debates sobre a questão da informalidade surgiram, pela primeira vez, no relatório desenvolvido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), que analisava o mundo dos trabalhos tendo dois segmentos: o formal, caracterizado por unidades produtivas organizadas e o setor informal, composto por unidades produtivas não organizadas. (Alves & Tavares *apud* Antunes, 2006).

Em poucas palavras, podemos explicitar os grupos da seguinte maneira: o formal é aquela parcela que dispunha de meios seguros para desenvolver suas atividades. Não nos referimos apenas no sentido de segurança física ou de saúde, mas de garantias do Estado como seguro-desemprego, FGTS, licença maternidade, férias remuneradas e etc. O setor informal, entretanto, é caracterizado pela efemeridade, o imediatismo e o trabalho sem garantias, estando em vários momentos vinculado à ideia de marginalidade.

Ainda sobre isso, Capachi & Moretto (*apud* MORETTO, 2006) complementam que a OIT compôs o grupo dos “informais” com aqueles que tinham propriedade familiar do empreendimento, atividades de gestão e de produção não delimitadas, planos contábeis incompletos e autofinanciamento (recursos próprios). Segundo Cacciamali (*apud* ANTUNES, 2006), os trabalhadores informais tradicionais estão inseridos nas atividades que requerem baixa capitalização, buscando obtenção de renda para consumo individual e familiar. Nessa atividade, os trabalhadores vivem de sua própria força de trabalho, podendo contar com o auxílio do trabalho familiar ou de ajudantes temporários.

Com o passar do tempo, diferentes análises sobre o setor informal surgiram, contudo, a maioria continuou utilizando o relatório da OIT como ponto basilar. Entre elas, merece destaque o conceito de Cacciamali (1983) que enxerga a informalidade como uma estratégia residual dos agentes econômicos que são excluídos do mercado formal de trabalho.

Acerca disto, podemos relacionar com o crescimento das disputas fomentadas pela baixa renovação e/ou ampliação do número de vagas no mercado de trabalho em várias cidades, inclusive em Santa Maria. Pensando em nosso objeto de pesquisa, Santa Maria, esse pensamento sobre a informalidade encaixa-se na primeira fase do crescimento

dos vendedores ambulantes da cidade no início de 1980, em que havia poucos indivíduos e que desempenhavam atividades econômicas parcas no sentido da lucratividade, baseadas, necessariamente, no artesanato³.

Lira (*apud* SILVA & YAZBEK, 2006) afirma que a informalidade desenvolveu-se como produto do capitalismo e que seu caráter inseguro foi apenas uma consequência de políticas governamentais insuficientes do período. O autor ainda menciona que, no Brasil, a informalidade apresentou-se heterogênea, envolvendo grupos de trabalhadores com qualificação diferenciada e variadas formas de organização. Articulada de forma subordinada aos movimentos de expansão e reprodução do capital, a informalidade teve o seu espaço ampliado ou diminuído de acordo com esses movimentos.

Sobre mercado de trabalho, Cardoso Junior (*apud* SILVA & YAZBEK, 2006) salienta que, o mercado de trabalho formal passou a ser visto como um ambiente de tensões e desigualdades, o que acarretou um grande contingente de indivíduos desempregados. Sendo assim, as práticas informais engendram uma saída cautelosa da situação imposta.

Cacciamali (1983) afirma que o setor informal tornou-se um organismo subordinado ao movimento das empresas capitalistas. O que podemos visualizar em Santa Maria, na gradual expansão das atividades ambulantes e o início dos conflitos com o setor formal e parcelas do governo municipal. Para a autora, as principais características desse setor eram: 1) o trabalhador vivia de sua força de trabalho e, em alguns casos, utilizava-se do trabalho familiar ou, mais raramente, subcontratava ajudantes como extensão de seu próprio trabalho; 2) tinha como objetivo a obtenção de uma renda para consumo individual e familiar, visando a manter também suas atividades econômicas.

A partir da década de 1990, observou-se um considerável crescimento do setor informal nas médias e grandes cidades brasileiras, passando a englobar um conjunto heterogêneo de trabalhadores. Paralelamente a esse aumento, tem-se o crescimento de outras formas de trabalho não regulamentadas pela legislação trabalhista, que podem ser vistas como participantes de um contexto mais amplo de precarização do trabalho⁴.

³ É o produtor direto de posse de instrumentos de trabalho e dos conhecimentos necessários que, juntamente com a mão-de-obra familiar ou com auxílio de alguns ajudantes, executa e simultaneamente administra uma determinada atividade econômica (CACCIAMALI: 2001 p.134).

⁴ Singer (2003) a precarização do trabalho descreve adequadamente o que está ocorrendo no momento. Os novos postos de trabalho, que estão surgindo em função das transformações das tecnologias e da divisão

Somado a isso, Kraychete (2000) afirma que o contexto econômico-trabalhista da década de 1990 tornava mais nítido o fenômeno do *desassalariamento*, influenciado pela redução dos empregos assalariados com registro, devido às crises econômicas enfrentadas durante os últimos anos.

Silva & Yazbek (2006) afirmam que, desde 1990, as principais fontes geradoras de novas ocupações foram fortemente comprimidas. Além disso, o setor privado terminou adotando novas práticas de gestão de mão de obra, como uso recorrente da terceirização. Nesses casos, essas modalidades foram favoráveis tanto ao corte de pessoal, quanto à intensificação do tempo de trabalho entre os ocupados, mesmo que recebessem salários decrescentes em termos reais.

Antunes (2011) entende que o setor informal ganhou espaço porque houve uma tendência à *subproletarização* do trabalho, presente nessas formas de trabalho precário, parcial, temporário e subcontratado, vinculados à economia informal. Essas categorias de trabalhadores têm em comum, a precariedade do emprego e da remuneração; a desregulamentação das condições de trabalho em relação às normas legais vigentes e a consequente regressão dos direitos sociais, bem como, a ausência de proteção e expressão sindicais, configurando uma tendência à individualização extrema da relação salarial.

O termo informal é usado para designar práticas diferentes. Sendo assim, é necessário elucidar que os trabalhadores - os camelôs, os ambulantes e os artesãos - são o foco do trabalho, não desconsiderando a existência dos demais envolvidos, mas salientando a necessidade de fazer-se um recorte menor para este tipo de pesquisa.

Segundo Silva & Yazbek (2006), o setor informal, a grosso modo, refere-se às atividades econômicas caracterizadas por: a) unidades produtivas baseadas no descumprimento de normas e legislação concernente a contratos, impostos, regulações e benefícios sociais; b) ocupações sem proteção social, garantias legais e estabilidade, sendo recorrente ainda, o fato de serem atividades de baixa produtividade, sem estabilidade e baixos salários - quando não se realizam sem remuneração por ação de familiares e autoemprego.

internacional do trabalho, não oferecem, em sua maioria, ao seu eventual ocupante as compensações usuais que as leis e contratos coletivos vinham garantindo (p.24).

Todas essas mudanças nos contextos econômico, social e político do país fizeram com que o mercado de trabalho tornasse-se um âmbito inseguro e em constante mutação. As crescentes desigualdades nas disputas dentro da sociedade contemporânea, fomentadas pelo capitalismo predatório, acabaram diminuindo as oportunidades, potencializando a polarização social e gerando um ambiente de tensão e disputas. Dentre os principais motes destas fragilidades, estão as precárias ou inexistentes organizações dos centros urbanos, pois o aumento do contingente populacional não foi proporcional a organização, fazendo com que sua estrutura tornasse-se insuficiente. Sendo assim, o mercado informal desenvolveu-se, principalmente, a partir do desemprego, aparecendo onde as relações capitalistas de trabalho não se encontravam bem estabelecidas.

Existem proposições que parecem divergentes, no mesmo momento histórico e sob a mesma orientação teórica: por um lado, instituições financeiras internacionais recomendam a oferta de estímulos à expansão do setor informal, compreendido como atividades de sobrevivência para os extremamente pobres; por outro, órgãos representativos do governo, e até representações sindicais recomendam a organização autônoma do trabalho, sob a forma de pequena ou da microempresa, como alternativa para o desemprego.

Das esquinas de qualquer lugar ao Camelódromo: A informalidade em Santa Maria (1981-1991)

Ainda, referenda-se ao comércio informal em Santa Maria e o vínculo que ele estabelece com o contexto econômico nacional e estadual nos anos anteriores a eclosão da informalidade na cidade. Para tal, faremos um recuo desde o início da década de 1970, passando por todas as crises econômicas enfrentadas pelo Brasil, analisaremos qual o peso das migrações internas (rural-urbano e urbano-urbano) e como estes fatores auxiliaram no considerável crescimento do contingente de trabalhadores informais.

Até o início da década de 1970, o Brasil convivia com um cenário de forte crescimento. O momento conhecido por “milagre econômico” (1968-73), permitiu que o país ganhasse espaço no setor industrial e desempenhasse papel de relativo destaque na política internacional.

Utilizando os estudos de Brum (1999), podemos afirmar que no “milagre”,

o Brasil ingressa numa fase de acelerado crescimento econômico. As altas taxas de expansão da economia por anos sucessivos geram um clima de entusiasmo e otimismo contagiante, logo capitalizado pelos escultores da imagem do governo e batizado como o “milagre brasileiro”. É o período das “vacas gordas” da economia, que se prolonga até 1973. [...] A expansão da economia brasileira é também beneficiada pela conjuntura econômica mundial, francamente favorável. O setor público recupera o crédito no exterior e a capacidade de investir e define grande projetos. [...] Os grupos econômicos internacionais, até então cautelosos, sentem-se agora seguros e estimulados e passam a investir parte de seus excedentes de capital. A legislação restritiva, o aparelho repressivo, o controle sobre os sindicatos e a política de compreensão salarial asseguram mão-de-obra barata e bem “disciplinada”, sem qualquer possibilidade de reivindicação ou de rebeldia cívica. O Brasil é um verdadeiro “paraíso” para o capital e os negócios (p. 165-166).

Os antes bons ventos transformaram-se em uma forte tempestade, pois o quadro de crescimento e consolidação econômica foi interrompido pela primeira crise do petróleo, afetando intensamente a dependente economia do Brasil. Conforme Fernandes e Pais (2002) durante a década de 70, pode-se citar três crises pelas quais o Brasil enfrentou, entre elas estariam: a elevação da taxa de juros internacionais, os choques do petróleo e a recessão norte-americana.

Em outras palavras, com a crise do petróleo em 1973, o fluxo de capitais externos reduziu-se significativamente para todos os mercados emergentes, e a escalada da inflação tornou-se uma realidade em diversos mercados mundiais. Com menos recursos em caixa, maiores dificuldades de refinanciamento da dívida externa e descontentamento

da sociedade com a Ditadura, o governo militar percebeu a necessidade de transformações políticas, sociais e econômicas. Como resposta a essa necessidade, o governo Geisel (1974-1979) lançou o II Plano Nacional do Desenvolvimento (II PND), cujo objetivo era sustentar a produção interna sem a necessidade de importações em larga escala. Mesmo com essas medidas, as dívidas externas e interna, a inflação, a queda dos salários, a diminuição nos investimentos públicos e privados e o desemprego foram algumas das complicações que aumentaram desde meados de 1970 até a virada para a década 1980.

Vale ressaltar outro aspecto negativo que perdurou após o “milagre econômico”, a desproporção entre o avanço econômico e o retardamento, ou mesmo o abandono, de programas sociais pelo Estado. O Brasil notabilizou-se no contexto mundial por uma posição relativamente destacada pelo seu potencial industrial e por indicadores muito baixos de saúde, educação, habitação, que medem a qualidade de vida de um povo.

Após o término do mandato do presidente Geisel, o governante escolhido foi o General Figueiredo, marcando o último suspiro da ditadura civil-militar no Brasil. Com a crise econômica e crescente pressão popular, o modelo hegemônico que fora instituído, no Brasil, perdia força, sendo assim, entre os anos de 1979-1984 a política nacional apresentava sinais de mudança inerente.

Sobre o governo Figueiredo, Silva (2009) afirma que, o país vivenciou um momento de abertura política por um lado, e de agravamento da crise econômica, por outro. A inflação dos anos Figueiredo, que em 1978 estava próxima de 40% ao ano (a.a.), atingiu patamares estratosféricos de 220% a.a. em 1985 (p.57-58).

Podemos afirmar que outra meta do governo Figueiredo foi a de completar uma “abertura política”, de forma a garantir a permanência dos militares no governo e no poder, em detrimento de um novo regime democrático. Rezende (1999) afirma que sua administração não alcançou esse objetivo, pois acabou por,

refletir a erosão da capacidade do bloco hegemônico em perpetuar sua aceitação pela classe média e mesmo por setores mais conservadores da sociedade. A completa deterioração da situação econômica provocou não só uma parada no crescimento, contínuo desde 1968, mas também uma grave recessão com índices inflacionários crescentes, a estagflação. O resultado prático dessa situação foi a perda da legitimidade política do regime e sua aberta contestação (p.153).

Quando o novo governante estava em início de mandato e objetivando regular o momento de crise, eis que o segundo “choque do petróleo”, em junho de 1979, acabou

levando a economia novamente ao fundo do poço com o crescente desequilíbrio da balança comercial. Em consequência da recessão nos países ricos, ocorreu declínio no comércio mundial, dificuldades de mercado, queda da demanda pelos produtos das exportações brasileiras e, principalmente, acentuada deterioração dos termos de intercâmbio comercial (redução dos preços dos produtos das nossas exportações e alta dos preços dos produtos das nossas importações).

O raio de alcance dos problemas econômicos enfrentados pelo Brasil foi considerável, além da desregulamentação do mercado, das finanças, da política e dos empregos, as cidades também ficaram afetadas pelas sucessivas crises enfrentadas pelo país. A busca por melhores oportunidades e qualidade de vida pautaram grande número das migrações do período estudado. Sobre isso, Martine (1995) destaca que as migrações internas, nesse período, dirigiram-se preferencialmente para os polos de maior dinamismo econômico, e pensando da mesma forma, Koucher (2011) relaciona as migrações internas em grande medida com as transformações socioeconômicas ocorridas ao longo do tempo nesses espaços (p.18).

Sobre o processo de migração interno, podemos explicitá-lo utilizando a fala de Santos (1993), o autor afirma que,

a partir dos anos 1950, podem-se distinguir três importantes fases na crescente urbanização do Brasil. Primeiro, uma urbanização aglomerada com o aumento dos núcleos urbanos menores com mais de vinte mil habitantes. Segundo, uma urbanização concentrada com a multiplicação das cidades de tamanho médio. E, por último, o Brasil alcançou o estágio da metropolização, com o aumento considerável do número de grandes cidades cujas população situa-se em torno de um milhão de habitantes. Essas grandes cidades passaram a constituir o núcleo das regiões metropolitanas brasileiras, instituídas no Brasil a partir dos anos 1970 (p.83).

A cidade de Santa Maria, como já fora mencionado, sempre se configurou como um centro atrativo para contingentes que buscavam melhores oportunidades e nesse momento não seria diferente. Mesmo com o declínio do setor ferroviário, a cidade permanecia com a prerrogativa de ser um importante polo educacional e do setor comerciário do estado. Podemos afirmar que, nesse período, predominam dois tipos de migrações na cidade de Santa Maria: rural-urbano e urbano-urbano. Explicitaremos elas a partir de agora.

Durante os momentos de crise, um dos pontos adotados pelo governo militar para fugir do quadro enfrentado foram mudanças no setor agrícola. As grandes propriedades foram privilegiadas em detrimento do pequeno agricultor, além disso, podemos adicionar o processo de mecanização dos campos, formando um grupo de indivíduos sem emprego no campo. Sobre isso, Muller & Martine (1997) afirmam que, a mecanização do campo acarretou a diminuição da

necessidade de mão de obra drasticamente, provocando, com isso, um forte êxodo rural em direção aos ‘centros atrativos’ – leia-se centro urbano. Segundo os autores, “durante as décadas de 1960 e 1970 quase 30 milhões de pessoas deixaram o campo, rumo às cidades” (p. 86).

Conforme Barcellos & Jardim (2011), a partir dos anos 70, quando a população urbana tornou-se majoritária, as taxas relativas ao incremento rural passaram a ser negativas, refletindo a modernização agrícola dos anos 60 que expulsou grandes contingentes migratórios especialmente do norte em direção às áreas industriais. As taxas de crescimento da população rural, desde a década de 80, mantiveram-se praticamente constantes.

Muitas das pessoas que viviam no campo migraram para a cidade e incorporaram-se à intensificação da produção e das relações capitalistas. Lefebvre (1970) entende que, a partir disto, a cidade entra na sua fase de *implosão-explosão*, consistindo em uma enorme concentração de pessoas, atividades, riquezas, coisas, objetos, instrumentos, meios e pensamentos. Abordando o mesmo fato, Romero (2006) nota que,

o número de habitantes mudou a maneira de locomover-se dentro da cidade. As estreitas ruas do velho centro urbano tornaram-se insuficientes para a crescente concentração de pessoas. [...] Aos poucos se notava que ninguém conhecia ninguém. O número de habitantes ultrapassou a capacidade de transporte urbano. Aumentou o número de automóveis. [...] Alargamentos, pavimentações e severos controles de trânsito procuraram aliviar a gravidade dos problemas criados, sobretudo, pelo número incontrolavelmente crescente de automóveis. [...] A fisionomia tradicional das cidades, um tanto achatada, foi substituída pela crescente quantidade de edifícios de apartamentos: primeiro no centro, e pouco a pouco nos bairros (p.383).

A partir dos anos 70, as migrações internas deixam de ser predominantemente de tipo rural-urbano e os movimentos urbano-urbano crescem até tornarem-se predominantes em quase todo o território. Essa alteração no padrão dos movimentos altera também o perfil dos imigrantes, que, em função da sua origem urbana, exhibe um avanço em termos de qualificação - o que significa um peso menor para o mercado de trabalho e os equipamentos educacionais das áreas de destino. Essa requalificação dos imigrantes contribuiu para a ascensão da população em termos de mobilidade social, mediada pela substantiva alteração dos tipos de atividade econômica incorporados pelo sistema produtivo desde a segunda metade do século XX.

Essa mobilidade expressou-se, a partir da década de 70, pelo surgimento de novas ocupações de classe média nos ambientes urbanos, associadas ao setor de serviços, constituído como apoio à atividade industrial. Desta maneira, a partir deste período, ampliaram-se as

possibilidades de ascensão social nos quadros familiares, dado que o mercado de trabalho urbano é mais dinâmico que o rural (JANUZZI, 2000).

Os grupos eram diferentes, mas as expectativas eram as mesmas – melhores condições de vida e oportunidades de ascensão. Todos queriam viver na cidade e aproveitar a proximidade com os centros financeiros, administrativos e políticos. Todavia, a realidade era diferente, já que as políticas públicas não se aproximavam das necessidades da grande massa populacional que habitava os centros urbanos e, por essa postura, o que ocorreu gradualmente foi o ‘sucateamento’ das cidades⁵. Sobre isso, Castells (1980) entende que,

a crise urbana conhecida por experiência própria pelos habitantes das grandes cidades provém da crescente incapacidade da organização capitalista para assegurar a produção, distribuição e gestão dos meios de consumo coletivo necessários à vida cotidiana, da moradia às escolas, passando pelos transportes, saúde, áreas verdes, etc. (p.20).

Os problemas não tardaram a surgir: a maioria dos novos agentes eram vistos como estando fora do lugar, como “marginais”, não havia nem espaço, nem desejo de tê-los, mas eles achariam seu nicho, seu lugar e, neste contexto, o comércio informal configurou-se como um desses “lugares achados”.

Sobre o mesmo tema, Brum (1999) afirma que,

o processo de marginalização e exclusão social, no Brasil, apresenta sintomas generalizados, tanto nas cidades como nas zonas rurais, tais como: favelização, criminalidade, prostituição, mendicância, desemprego e subemprego, desnutrição ou carências alimentares, debilitamento da saúde pública, menores abandonados ou carentes, condições de higiene e habitação precárias, desagregação familiar, promiscuidade, baixa ou nenhuma escolaridade, menor expectativa média de vida, etc. (p.195).

Os problemas causados pelas crises da economia nacional, nas últimas décadas do século XX, fizeram com que o mercado de trabalho se torna um ambiente de insegurança e tensão. O mercado trabalhista no Brasil enfrentou uma série de reformulações que interferiram de maneira decisiva para a geração de um contingente substancial de trabalhadores vivendo “por conta própria”. As reestruturações e inovações pelas quais o capitalismo passou foram variadas e influenciaram de maneira considerável a forma de organização e funcionamento das relações e dos processos de trabalho.

⁵ Romero (2006) afirma que, no início, foi o número de habitantes que alterou o perfil da cidade, e que chamou a atenção para algo que estava mudando. Mais pessoas foram vistas nas ruas; começou a ser difícil encontrar casa ou apartamento; começaram a surgir moradias precárias em terrenos baldios, que de modo rápido formaram bairros; tornou-se difícil pegar um bonde ou um ônibus (p. 382).

O trabalho informal em Santa Maria, nos moldes que conhecemos hoje, tem seu início na década de 1980. Durante os primeiros anos, estas atividades foram desenvolvidas por pequenos grupos de artesãos locais que ficavam expondo seus trabalhos manufaturados pelas principais ruas da região central de Santa Maria.

Dentre os motivos que acarretaram na formação e, posteriormente, na proliferação deste tipo de atividade, o comerciante João Mafalda (antigo artesão que atualmente tem um Box no Shopping Independência) menciona que,

o trabalho na rua se iniciou, por necessidade, pois sendo novo na cidade, não tinha *conhecidos*. O que prejudicava para conseguir trabalho e lugar pra ficar. Eu cheguei aqui em Santa Maria com uma mochilinha nas costas e na época eu me tornei um artesão, era o hippie, né?! [sic]. E na época, comecei a expor o meu trabalho, com uma mesinha pequena, um paninho, uns aramezinhos, foi o jeito honesto que eu achei pra viver (2012).

Neste momento, os principais produtos comercializados eram brincos, colares, acessórios para casa. Muitos quesitos auxiliaram na solidificação das atividades informais em Santa Maria. Segundo Franchi (2012) “inicialmente não havia muita concorrência no setor, fato que auxiliou os trabalhadores na formação de uma clientela fiel e recorrente, alcançando assim maiores lucros”.

De acordo com o entrevistado Miguel Antônio Montano Franchi (antigo artesão e atual comerciante do Shopping Independência), a localização dos artesãos variava pouco. A escolha das ruas centrais ia de encontro com a percepção de que o centro da cidade se caracterizava por seu o local de maior fluxo de indivíduos, sendo mais rentável do que regiões de menor trânsito.

Outro ponto relevante no desenvolvimento do comércio informal foi a crescente inflação que assolava o país. Com isso, mais pessoas acabaram por perder seus empregos devido ao enxugamento de alguns setores e passaram a ver o comércio como uma forma honesta de alcançar os rendimentos necessários para alimentação e moradia.

Durante o governo civil-militar (1964-1985), as políticas econômicas visaram à diminuição dos processos inflacionários⁶ que o país convivia constantemente e o desenvolvimento econômico. Para tal, o governo institui ‘achatamento salarial’, alcançando a diminuição do poder aquisitivo da grande parcela da população. Como Santa Maria consistia em um centro urbano, cuja estrutura se firmava no setor terciário, a

⁶ “A primeira medida foi tentar reduzir o déficit público, com o envio ao Congresso de um novo orçamento que entraria em vigor imediatamente, redefinindo despesas para o ano corrente de 1964. Em Agosto foi divulgado o principal documento de estratégia econômica do governo Castelo Branco: O Plano de Ação Econômica do Governo (Paeg)” (Prado & Earp *apud* FERREIRA E DELGADO, 2007, p. 213).

diminuição dos rendimentos e dos empregos também refletiu na cidade. Para piorar a situação, o êxodo rural-urbano ganhava cada vez mais força e os contingentes que se destinaram para cá passaram a conviver com um grave problema: a habitação. Botega (*apud* RIBEIRO & WEBER, 2012) afirma que, “entre 1950 e 1990, a população urbana da cidade cresceu impressionantes 410%” (p. 75).

As poucas barraquinhas de antes aumentaram de número, os produtos comercializados também mudaram e os conflitos não paravam de potencializarem-se. As pressões de alguns setores da sociedade santa-mariense (vendedores formais, informais e pedestres) no governo municipal eram cada vez mais fortes e recorrentes.

Mesmo assim, as mudanças instituídas fizeram com que os ‘novos’ centros urbanos passassem/potencializassem a formação de estilos de vida caracterizados pela constante diferenciação social e perda dos vínculos pessoais. Pechman (2002) entende que o desenvolvimento de “novos padrões de sociabilidade” levou a uma percepção de que o mundo dividia-se entre aqueles tocados pela *Politesse* (civilizados) e aqueles à parte de qualquer vínculo social (bárbaros) (p.136). Sobre estes processos, Lefebvre (1970) diz que,

a realidade urbana, ao mesmo tempo em que amplifica e estiliza, perde os traços que a época anterior lhe atribuía [...] perde-se a antes presente totalidade orgânica, sentido de pertencer, imagem enaltecida (p. 26).

Algum tempo depois, a situação era de tensão progressiva. Os trabalhos não permaneceram ligados apenas ao artesanato, passando a serem comercializados também artigos eletrônicos, bijuterias, óculos, relógios e brinquedos. Os manufaturados deram espaço aos industrializados e, na sequência, ao comércio de objetos falsificados.

Não tardou e esse novo setor informal passou a crescer desordenadamente, sem controle e de parca fiscalização. Esta falta de organização fez com que essas mudanças, em muitos casos, não fossem encaradas como algo benéfico. Segundo o empresário Mário Gaiger “a fiscalização era muito deficiente, pois naquela época os fiscais da prefeitura eram mínimos [...] e acontecia de a fiscalização bater e ser aquela correria” (2012).

A partir de então, a fiscalização tornou-se mais recorrente e a tensão entre vendedores formais, órgãos do governo municipal, parcelas da população e trabalhadores informais, passou a aumentar gradativamente. Demonstrando isso, lê-se que

o vereador Rejane Flôres (PDS) solicitando à Secretaria Municipal da Indústria Comércio e Turismo maior fiscalização do comércio ambulante nas ruas centrais da cidade. Na opinião do pedessista, o Centro “está numa verdadeira baderna, com um festival de lixo e contrabandistas” (O Expresso, 1990, p. 09).

O conflito entre comerciantes formais e informais pode ser sintetizado pelas reclamações feitas por alguns lojistas da cidade, que, em suma, não achavam justa a disputa entre os envolvidos no processo, pois, em muitos casos, os vendedores ambulantes postavam-se nos arredores de grandes lojas da cidade desenvolvendo lá suas atividades comerciais. Não pagavam impostos sobre as mercadorias e que, na maioria das vezes, eram falsificações com menor preço e qualidade do que produto original vendido pelo comerciante formal.

Neste ínterim, havia segmentações dentro do trabalho informal, levando à formação de grupos distintos dentro do comércio. Acerca disto, Possebon (2011), vê entre os trabalhadores informais de Santa Maria, cisões e segmentações, pois estes,

eram [...] subdivididos em três grupos: camelôs (que trabalhavam em bancas, na Praça Saldanha Marinho e ao longo do canteiro central da Avenida Rio Branco), ambulantes (que tinham bancas em calçadas em locais fixos ou não) e artesãos (que apesar de dividir o espaço de trabalho com ambos os grupos anteriores tem um diferencial: são regularizados) (p.37).

Cabe destacar que apenas os artesãos eram regularizados e tinham uma associação, com estatuto e registro. Os outros dois grupos (ambulantes e camelôs), inicialmente não dispunham da mesma organização, mas mesmo assim, para exercer suas atividades de comércio, todos eram obrigados a pagar um alvará de licença e um piso à Prefeitura Municipal de Santa Maria. Isso para ter o direito de “permanecer à beira das calçadas, vendendo, como forma de adquirir o seu sustento” (Jornal O Expresso, 1990, p.09).

O contexto nacional também não era dos mais animadores. A década de 1980 havia acabado e os problemas na ordem econômica no Brasil ainda perduravam. O presidente Fernando Collor de Mello tinha no seu discurso as promessas de caçar os corruptos, ajudar os necessitados e desenvolver o país como há muito tempo se sonhava. Para tal, adotou um método de governo com alicerces no neoliberalismo e desenvolveu planos econômicos desastrosos, que levariam a sua cassação em 1992.

Os informais, no entanto, eram um dos poucos setores que estavam reagindo bem aos planos do Presidente Fernando Collor de Mello,

Os camelôs fazem parte do setor da economia informal da cidade de Santa Maria que está conseguindo sobreviver a recessão causada pela política. Os vendedores ambulantes pagam o alvará de licença e um piso à prefeitura, para permanecerem à beira das calçadas, vendendo, como forma de adquirir o seu sustento (O Expresso, 1990, p.12).

As poucas barraquinhas de antes aumentaram de número, os produtos comercializados também mudaram e os conflitos não paravam de potencializarem-se. As

pressões de alguns setores da sociedade santa-mariense (vendedores formais, informais e pedestres), no governo municipal, eram cada vez mais fortes e recorrentes e, neste contexto, foi decidido que seria fundado um mercado público na região central da cidade.

Os jornais reproduziam a querela de um comerciante da Rua do Acampamento: “As lojas tomam todo um cuidado em manter uma fachada atraente, enquanto os camelôs não tomam cuidados sequer com a higiene” (O Expresso, 1990, p. 12). E em outra ocasião, afirma:

os camelôs tiveram um sério atrito com os comerciantes da Rua do Acampamento, que alegando prejuízo em suas vendas insistiam em que a Prefeitura Municipal transferisse os vendedores ambulantes para outro local. Em outra época foi até cogitado de que os camelôs seriam transferidos para a rua Alberto Pasqualini. Com a finalidade de resolver esses impasses os camelôs decidiram se reunir e fundar uma Associação com a finalidade de discutir os problemas da categoria. [...] A grande esperança foi a criação de um camelódromo, à exemplo das grandes cidades (O Expresso, 1990, p. 14).

Entretanto, não se pode destinar aos comerciantes formais a responsabilidade pelos ambulantes terem sido realocados para o Camelódromo. Mas havia pontos divergentes dentro do grupo de comerciantes formais, acerca do trabalho ambulante, pois,

de acordo com o funcionário do comércio, os camelôs não dificultam em nada as suas vendas. Segundo o comerciário Vicente Alaor, os ambulantes não representam perdas às lojas, já que as mercadorias são diferentes. Esta também é a opinião do vendedor Ângelo que acrescenta que prejuízo só haveria se eles vendessem as mesmas mercadorias, porque os camelôs adquirem as mercadorias por um custo muito baixo (O Expresso, 1990, p. 09).

Para Mário Gaiger, empresário local há 55 anos, a conclusão era outra: “eu não posso dizer que isso me afetou, eu acho que o nosso público é outro, o do comércio estabelecido é outro público” (Pinto, 2012).

Sobre os fatores que levaram o poder público a criar um centro comercial destinado às práticas informais, surgem as questões urbanas, turísticas e a dos próprios camelôs (Pinto, 2012). Pelo viés estético, a presença de barracas pelas calçadas e nas ruas da região central acabava por prejudicar o trânsito de pedestre e as atividades turísticas:

a Secretaria espera melhorar a aparência estética da cidade, desafogando o trânsito para os pedestres, que não terão mais o espaço das calçadas reduzidos no Centro, devido a ocupação pelas bancas dos camelôs. É intenção da Prefeitura, também trazer melhores condições para os próprios vendedores que hoje não dispõem, segundo o Secretário Interino, de mínimos recursos como um banheiro e abrigo para os dias de chuva, pois quando chove não pode trabalhar e seus artigos ficam molhados (O Expresso, 1991, p. 17).

As pressões ao governo municipal continuavam e ficou decidido que seria fundado um mercado público na região central da cidade. Ou seja, assim como Porto

Alegre e outros grandes centros do país, Santa Maria também teria o seu “Camelódromo”.

Assim,

O primeiro local planejado para o camelódromo municipal foi entre a Praça Saldanha Marinho e a Rua dos Andradas, na Avenida Rio Branco. Com este projeto, os camelôs que se dispunham na Avenida apenas trocariam de lado e os da Rua do Acampamento seguiriam num local central, sendo que, o modelo de construção era pensado em módulos (Possebon, 2011, p. 44).

Entretanto, não seria tão fácil o processo de mudança. O projeto foi elaborado rapidamente, com os recursos levantados e a maioria dos ambulantes concordando com o novo local, pois acreditavam nos benefícios alcançados, tanto financeiramente, quanto na organização e segurança. Todavia, não se pode pensar que esta era a opinião geral dos ambulantes.

Alguns vendedores não achavam que a mudança seria benéfica, acreditando que perderiam sua liberdade. Sobre tal, o vendedor Miguel Antônio Montano Franchi afirma que, em certos momentos, os vendedores foram coagidos, pois “cada prefeito mudava as regras e [...] nos tiravam espaço [...], houve muita pressão para nos tirar da rua. Começaram a nos pressionar e a diminuir a liberdade de comercializar”. O empresário Mário Gaiger tem relato semelhante acerca disto, pois, afirma, “houve certa resistência [...], pois eles [os camelôs] preferiam buscar o seu pontinho, ter liberdade de saírem, de mudar de esquina quando bem entendessem, buscando sempre o melhor fluxo”.

Após a decisão da criação do Camelódromo, a Prefeitura Municipal de Santa Maria deixou de expedir alvarás de liberação para o comércio nas ruas da cidade, buscando, assim, um controle e o impedimento do aumento do número de camelôs. Deste modo, apenas aqueles que estivessem legalmente cadastrados seriam transferidos para o Camelódromo e, após sua construção, a prefeitura prometia fiscalizar e punir com severidade aqueles que tentassem desenvolver as atividades fora do camelódromo. (O Expresso, 1991, p.11)

Pinto (2012) afirma que mesmo após a decisão, surgiram outros empecilhos além da vontade de alguns vendedores: a disponibilidade do local, pois onde ficou decidido que seria construído o Camelódromo, a prefeitura da cidade já tinha programado uma série de reformas urbanas visando revitalizar a Avenida Rio Branco. Tal afirmação foi tratada pela mídia local como mais uma dificuldade para uma melhor organização do comércio informal na cidade de Santa Maria:

O local cogitado, ou seja, a Avenida Rio Branco entre a Praça Saldanha Marinho e a Rua dos Andradas, possivelmente sofrerá modificações, o que não mais possibilita a construção do camelódromo naquela artéria. [...] Em resumo, o camelódromo não vai ser construído na área que inicialmente lhe foi

destinado e, como a Secretaria do Planejamento ainda está realizando esse estudo, não vai ser muito breve que os camelôs terão o ‘cantinho’ para [...] trabalhar (O Expresso, 1990, p. 14).

Após um debate entre o governo municipal e os vendedores ambulantes, foi tomada a decisão de que o camelódromo⁷ seria construído na mesma Avenida Rio Branco e que caberia a Associação dos Ambulantes de Santa Maria (ACASM) a divisão e instalação dos vendedores dentro do mesmo. O projeto tinha como objetivo⁸ realocar os vendedores que ficavam comercializando pelas ruas do centro de Santa Maria, terminar com os conflitos entre comerciantes formais e informais e ter maior controle das atividades⁹ desenvolvidas pelos ambulantes.

As obras do Camelódromo municipal de Santa Maria foram concluídas em meados de 1991, tendo atrasado alguns meses do que havia sido previsto no início do projeto. Sobre o mesmo, o secretário interino informa que,

o Camelódromo atenderá cerca de 60 camelôs, que atualmente se encontram distribuídos na Rua do Acampamento, na Avenida Rio Branco, Alberto Pasqualini e imediações da Rodoviária. Todos os Box ou casinha abrigará dois vendedores, haverá também um Box no Camelódromo para a administração e outro para segurança e banheiro (O Expresso, 1991, p. 11).

Quando tudo parecia ter um final feliz, a situação problemática pouco mudou com a nova localização, pois, nos primeiros tempos, a transferência não foi encarada de forma benéfica pelos vendedores. Com a fundação do Camelódromo municipal, 57 trabalhadores informais tiveram que se adaptar a novas condições de trabalho. A antiga liberdade de localização deixou de existir e deu espaço ao trabalho estático, no qual a impossibilidade de mudança de lugar quando se demonstrasse interessante, surgiu como a nova realidade.

⁷ Segundo o Jornal O Expresso “Serão construídos vinte e nove módulos em formato de quiosques, sendo a obra, de inteira responsabilidade da Prefeitura Municipal juntamente com a Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo. O custo total da mesma está sendo orçado em cerca de oito milhões de cruzeiros” (01/02 jun. 1991, p. 07).

⁸ Segundo o Jornal O Expresso “O objetivo, de acordo com o Secretário Interino, é que com o tempo estes vendedores se transformem em microempresários, alugando uma garagem ou pela para colocarem seu negócio. E que o Camelódromo seria uma oportunidade deles adquirirem experiência no ramo” (26/27 jan. 1991, p 12).

⁹ Segundo o Jornal o Expresso “Com isso, o Executivo pretende eliminar os diversos pontos de vendas situados nas calçadas do Centro e que prejudicam a circulação dos pedestres e criam constrangimentos aos lojistas. Depois do Camelódromo pronto, a Prefeitura, de acordo com Bianchini, atuará de forma rigorosa não permitindo qualquer ocupação de outro ponto de venda” (30/31 mar. 1991).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após todos os apontamentos feitos no decorrer do trabalho, podemos afirmar que o comércio informal surgiu como uma saída durante os tempos de crise econômica. Além disto, teve como principais agentes aqueles grupos que não dispunham da mesma facilidade para inserir-se na realidade tão disputada do mercado de trabalho formal durante a década de 1980.

A cidade de Santa Maria encaixa-se neste contexto de propagação das atividades informais principalmente por dois motivos: pelas desregulamentações do setor trabalhista e pelo constante aumento do contingente populacional que dependia da estrutura da cidade, porque, quanto mais indivíduos dependiam da economia municipal, maiores tornavam-se os problemas.

Em um primeiro momento, podemos enxergar que as atividades nem chamavam a atenção das autoridades municipais, nem trouxeram complicações ao setor formal de trabalho, pois características como, a efemeridade, o baixo lucro e a rotatividade deixavam a ideia de que tudo seria passageiro e que não demoraria muito para que tudo retornasse ao seu local tradicional.

Contudo, com o passar o tempo, essas atividades deixaram de ser “ignoradas” e passaram a ser enxergadas como parasitárias e prejudiciais ao desenvolver da cidade, levando à tomada de medidas cautelares para evitar maiores complicações. Além disso, o constante aumento do contingente que desempenhavam tais atividades e das mercadorias comercializadas foram encarados como algo prejudicial e que deveria ser contido de alguma forma.

Neste contexto, a ideia de construção de um Camelódromo, tal como existiam em outras cidades no Brasil, mostrou ser uma saída para os problemas enfrentados, já que com essa empreitada, a expansão, a limpeza urbana, a fiscalização de produtos comercializados e de trabalhadores envolvidos seria controlada por órgãos reguladores.

Acenados todos estes pontos, devemos compreender que as ideias do governo municipal objetivavam melhorias para a totalidade dos envolvidos, contudo suas atitudes não seguiram este caminho, pois os vendedores informais, inegavelmente os maiores interessados nessas mudanças, foram ignorados nos processos decisórios.

Como último destaque, ressaltamos que o estudo buscou eximir-se de posicionamentos tendenciosos e de juízo de valores, pois a pesquisa teve por objetivo

elucidar a trajetória das atividades informais, compreendendo-as como deveras relevantes nos últimos anos na cidade de Santa Maria e não a missão de eleger mocinhos nem vilões.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALVES, Maria Aparecida. **“Setor informal” ou trabalho informal? Uma abordagem crítica sobre o conceito de informalidade**. Campinas, 2001. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Getúlio Vargas, 1996.

ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella. NAXARA, Márcia. **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas, SP: Unicamp, 2001. p.15-36.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. (org.). **Riqueza e Miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo, Boitempo, 2006.

ARÓSTEGUI, Júlio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Bauru, SP. Edusc, 2006.

BAHRY, T. R.; PORCILE, G. Os ciclos de endividamento da economia brasileira no período de 1968-1999. In: **Revista de economia contemporânea**, IE UFRJ, v.8, n.1, 2004, p. 05-32.

BARCELLOS, Tânia Maria Macedo. **Migrações no sul: caminhos para terras e cidades**. Porto Alegre: UFRGS, 1995.

BELÉM, João. **História do Município de Santa Maria (1797-1933)**. Santa Maria: UFSM, 1989.

BELFIORE, Mariangela, WANDERLEY, Lúcia Bógus, YAZBEK, Maria Carmelita. **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: Educ, 2000.

BELTRÃO, Romeu. **Cronologia Histórica de Santa Maria do extinto Município de São Martinho 1781-1930**. 2º ed. Santa Maria: Globo, 1940.

BOEIRA, Nelson, GOLIN, Tau. **Colônia** v.1, Passo Fundo: Ed. Méritos, 2006.

BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. Ijuí: UNIJUI, 1999.

CACCIAMALI, M. C. **Setor informal urbano e formas de participação na produção**. São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas, 1983.

_____. Globalização e processo de informalidade. In: Economia e Sociedade. Campinas, IE/UNICAMP, n. 14, jun. 2000, p. 152-74.

CHAUVEAU, A; TÉTARD, Ph. **Questões para a história do tempo presente**. Bauru, SP: Edusc, 1999.

CARLOS, Ana F; SOUZA, Marcelo; SPOSITO, Maria (org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CORRÊA, Roselaine Casanova. **Cenário, Cor e Luz: amantes da ribalta em Santa Maria (1943-1983)**. Santa Maria: UFSM, 2005.

FERNANDES, A. J; PAES, C. **A economia brasileira na década de 80: consequências da crise da dívida externa, inflação e crise do Estado**. Disponível em: <<http://www.egi.ua.pt/xxooaphes/Artigos/a%20Fernandes%20onInflama%C3%A7%C3%A3o.PDF>>. Acesso em: 25/08/2014.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Livro 3. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. **O Brasil Republicano: o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Livro 4. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FERREIRA, Marieta de Moraes (org.) **Entre-vistas: abordagens e usos da história oral**. Rio de Janeiro – RJ: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1994.

_____. História, tempo presente e História Oral. In: **Revista Topoi**: Vol. 03. n. 05 - URFJ. Rio de Janeiro – RJ. jul-dez, 2002, p.314-332.

_____. História do tempo presente: desafios. **Cultura Vozes**, Petrópolis, v. 94, nº3, p. 111-124, maio-jun, 2000.

FIORUCCI, Rodolfo. História Oral, memória, história. In: **Revista História em Reflexão**: Vol. 4 n. 8 – UFGD - Dourados jul/dez 2010, p. 01-17.

FRANCHI, Miguel. **Entrevista**. Santa Maria, Entrevista Oral concedida ao pesquisador Matheus Rosa Pinto, 2012.

GAGNEBIN, Jeanne M. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: ed. 34, 2006.

GAIGER, Mário. **Entrevista**. Santa Maria, Entrevista Oral concedida ao pesquisador Matheus Rosa Pinto, 2012.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.

Jornal O Expresso, Santa Maria, p. 09, 26/27 jan. de 1990.

Jornal O Expresso, Santa Maria, p. 24, 31 mar. e 1º abr. de 1990.

Jornal O Expresso, Santa Maria, p. 09, 10/11 mar. de 1990.

Jornal O Expresso, Santa Maria, p. 12, 09 abr. de 1990.

Jornal O Expresso, Santa Maria, p. 15, 05/06 mai. de 1990.

Jornal O Expresso, Santa Maria, p. 13, 17 mai. de 1990.

Jornal O Expresso, Santa Maria, p. 14, 23 mai. de 1990.

Jornal O Expresso, Santa Maria, p. 03, 07 jun. de 1990.

Jornal O Expresso, Santa Maria, p. 14, 09 jun. de 1990.

Jornal O Expresso, Santa Maria, p. 08, 23/24 de jun. de 1990.

Jornal O Expresso, Santa Maria, p. 03, 30 jun. de 1990.

Jornal O Expresso, Santa Maria, p.01, 14 jul. de 1990.

Jornal O Expresso, Santa Maria, p. 17, 21/22 jul. de 1990.

Jornal O Expresso, Santa Maria, p. 08, 09 set. de 1990.

Jornal O Expresso, Santa Maria, p. 17, 08/09 dez. de 1990.

Jornal O Expresso, Santa Maria, p. 01, 26/27 jan. de 1991.

Jornal O Expresso, Santa Maria, p. 11, 26/27 jan. de 1991.

Jornal O Expresso, Santa Maria, p. 09, 30/31 mar. de 1991.

Jornal O Expresso, Santa Maria, p. 07, 01/02 jun. de 1991

KRAYCHETE, G. (Org.). **Economia dos setores populares**: entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSAL, 2000.

KOUCHER, Ademir Barbosa. **Migrações internas no Rio Grande do Sul**: os novos cenários da desconcentração espacial urbano-regional. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

- LEFÈBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- LOHN, Reinaldo L. Limites da utopia: cidade e modernização no Brasil desenvolvimentista (Florianópolis, década de 1950). In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, n° 53, p. 297-322 – 2007.
- LOSNAK, C. **Polifonia urbana: imagens e representações**. Bauru 1950-1980. Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- MAFALDA, José. **Entrevista**. Santa Maria, Entrevista Oral concedida ao pesquisador Matheus Rosa Pinto, 2012.
- MARTINE, George, MUELLER, Charles. Modernização da agropecuária, emprego agrícola e êxodo rural no Brasil – A década de 1980. In: **Revista de Economia Política**, vol. 17, n° 3, p.85-104, Julho-Setembro 1997.
- MARTINE, George. A evolução espacial da população brasileira. In: AFFONSO, Rui de Brito Álvares; SILVA, Pedro Luiz Barros (Org.) **Federalismo no Brasil. Desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo: Fundap/Unesp, 1995. p. 61-91.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo, Ed. Loyola, 1996.
- MONTENEGRO, Antônio T. **História Oral e Memória: a cultura popular revisitada**. Coleção Caminhos da História, São Paulo: Contexto, 1992.
- POCHMANN, Márcio, **O Trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Contexto, 2000.
- PORTELLI, Alessandro. O Que Faz A História Oral Diferente. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduação em História**, n.º 14, São Paulo, 1.997.
- _____. **Tentando Aprender um Pouquinho Algumas Reflexões Sobre a Ética na História Oral**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduação em História, n.º 15, São Paulo, Abr., 1997.
- OLIVEIRA, Thiago H. **A trajetória recente do comércio informal em Santa Maria: crônicas urbanas**. Santa Maria, UFSM, 2010. Monografia do curso de História, Universidade Federal de Santa Maria, 60 p.
- PADOIN, Maria Medianeira. **O empresário comercial em Santa Maria: uma análise histórica sobre a CACISM**. Dissertação de Mestrado, UFPR, 1992, 85 p.
- PESAVENTO, Sandra. Cidade, Espaço e Tempo: Reflexões sobre a Memória e o Patrimônio Urbano. In: **Cadernos do LEPAARQ – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio**. v. 11, n° 4. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Ago/dez, 2005. Monografia do curso de Licenciatura em História, UNIFRA. 65 p.
- PINTO, Matheus R. **Comércio Informal: para onde vamos?** Santa Maria, Centro Universitário Franciscano – UNIFRA. 2012. Monografia do curso de História. 70 p.

POCHMANN, Márcio. Desempregados no Brasil. In. ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____, **O Trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Contexto, 2000.

POSSEBON, Daniela. **Do Camelódromo ao Shopping Popular Independência**: uma breve história do comércio informal em Santa Maria. Santa Maria: UFSM, 2011. Monografia do curso de História, Universidade Federal de Santa Maria. 125 p.

REZENDE, Cyro. **Economia Brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro: Contexto, 1999.

ROMERO, J. **América Latina, as Cidades e as Ideias**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1989.

ROUSSO, Henry. O arquivo ou o indício de uma falta. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 17, p. 85-91, 1996.

SILVA, Maria; YAZBEK, Maria (org.). **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Cortez; São Luís, MA: FAPEMA, 2006.

SILVA, Walter Franco Lopes da. **Economia Brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional, 2009.

SINGER, PAUL. **Globalização e Desemprego**: diagnósticos e alternativas. 6. ed. – São Paulo: Contexto, 2003.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista**: informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

VIERO, Lia Margot; FIGUEIREDO, Vilma Dominga. **Uma Avaliação da População do Município de Santa Maria (RS)**: ênfase para as unidades distritais, 2000-2010. In: Anais do XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Águas de Lindóia/SP, Brasil, 2012. Disponível em: [www.abep.nepo.unicamp.br/xviii/anais/files/POSTER\[364\]ABEP2012.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/xviii/anais/files/POSTER[364]ABEP2012.pdf). Acesso em: 16 mar. 2013.

VIUDES, Priscila. **Índios nas páginas d'O Progresso**: representações da desnutrição infantil no jornal (2005). Dissertação de Mestrado em História, UFGD, Dourados, MS, 2009. 132p.

WEBER, Beatriz, RIBEIRO, José Iran (Org.). **Nova História de Santa Maria**: contribuições recentes. Santa Maria, UFSM: 2011.

_____. **Nova História de Santa Maria:** contribuições recentes. Santa Maria, UFSM, 2012.